



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0003346-02.2022.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS
ASSUNTO :

PARECER nº 450 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas, para manifestação acerca da proposta de anulação do Pregão nº 26/2022, aventada pela SGA (doc. nº 19834190, após constatado que a adjudicação do certame ocorreu por item (docs. nºs. 1973472, 1973476 e 1976248), quando, em verdade, nos termos postos no ato convocatório (doc. nº 1957877), deveria ter ocorrido por lote.

2. Antes, defendeu a Seção de Licitações (SELIC) tratar-se de "*erro do edital*" (doc. nº 1980224), portanto, passível de convalidação, argumentando, no particular:

"5. Prestados os esclarecimentos acima, temos que, salvo melhor juízo, trata-se de erro do edital que pode ser convalidado, considerando que não comprometeu a formulação das propostas nem restringiu a competição, tendo participado nove empresas em cada um dos três itens licitados, tendo havido, durante a disputa, uma redução considerável do preço em relação ao valor estimado, conforme consta na ata do sistema acostada aos autos (doc. 1973470)

6. Assim, se a execução do ajuste puder ser realizada, na prática, três empresas distintas, **o que deverá ser confirmado pelo setor demandante**, entendemos que os atos do certame podem ser aproveitados, haja vista a ausência de prejuízo para as licitantes e atendendo ao princípio da economicidade que deve pautar a Administração.

7. A sugestão da SELIC para que os itens fossem agrupados em lote adveio da interdependência desses, no sentido de que se um deles restasse fracassado ou deserto, todo o certame seria inaproveitável. Todavia, no caso em tela, tendo constado os itens de forma isolada no sistema, ocorreu de todos eles serem adjudicados, o que afasta essa hipótese de não aproveitamento, exceto se o setor demandante informar que não há como empresas diversas executarem/fornecerem os itens licitados."

2.1. Na ocasião, esclareceu a SELIC que, de fato, a publicação do certame, no sistema, se deu de modo a permitir a disputa e consequente adjudicação por item, ou seja, ocorreu sem o necessário agrupamento dos itens em lotes. Nesse contexto, supõe que o equívoco pode ter decorrido da existência de documentação em que o objeto da licitação estava disposto em itens (termo de referência e planilha de cotação).

3. Por sua vez, instada a se manifestar, a unidade demandante assim concluiu (doc. nº 1982595):

"Ratificamos nosso posicionamento de que os serviços são interdependente, ou seja, a execução de um implica na do outro, pois as divisórias são do mesmo material apenas com alturas diferentes e são aplicadas em um mesmo ambiente com o mesmo sistema de fixação. Por exemplo, será instalada divisória de 2,60 m de altura, na qual ferragens fixadas nessa divisória servirá de suporte para a

fixação de outra de 1,80 m e assim por diante. **Desta forma, ratificamos que deverá ser contratada apenas uma empresa para a execução dos serviços".**

(destaque aditado)

3.1. A par disso, propôs a inclusão do item "*divisória com altura de 3,00 m*", juntando, para tanto, novo Termo de Referência (doc. nº 1982533).

É o breve Relatório.

4. Quanto à adjudicação por lote, cumpre-nos rememorar que esta Assessoria não fez qualquer ressalva neste aspecto, embora, como regra, as licitações devam ocorrer por item. A exceção apenas demandará a correspondente motivação, nos termos já pacificados pelo TCU.

4.1. Assim, à época, aquiescemos com as razões lançadas no processo, conforme apontado no Parecer nº 253/2022 (doc. nº 1903695):

"5. A minuta de edital consta do doc. nº 1895302. **Em seu despacho (doc. nº 1895325), a SELIC pontuou que: a) estabeleceu a adjudicação por lote em face da interdependência entre os itens, bem como diante das justificativas elencadas pelo setor solicitante (garantia e identidade de fornecedores – doc. nº 1891415); b) optou-se pela prova de regularidade junto à Receita Estadual, uma vez que a atividade preponderante constitui a entrega dos bens, sendo o serviço de instalação acessório (Parecer nº 66/2020[2]); c) conforme modelo tradicional para aquisição, não foi prevista a apresentação de certidão negativa de falência".**

(destaques aditados)

5. De relação ao erro na publicação do certame, com consequente realização da sessão do Pregão nº 26/2022 de modo diverso ao previsto no ato convocatório, é preciso observar que os Pregoeiros devem estar atentos às condições editalícias, fato que, salvo engano, afastaria a possibilidade de ocorrências como a que ora se registra. É dizer, imaginamos que uma cuidadosa e prévia leitura do edital permitiria a constatação do equívoco, e, como resultado, ensejaria o imediato sobrestamento da licitação.

6. Ao contrário, tendo a licitação transcorrido sem a prévia constatação do erro e, portanto, com flagrante desatendimento aos termos do edital, impõe-se, certamente, a respectiva anulação. Afinal, o edital é a lei interna que rege o procedimento, e, *in casu*, podemos afirmar que se infringiu tal regramento.

6.1. A Lei nº 8.666/93, a este respeito, prescreve:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. Ante o exposto, e indo ao encontro da manifestação da SGA (doc. nº 1983419), opinamos pela anulação do Pregão nº 26/2022, observando-se, contudo, o quanto previsto no § 3º, artigo 49, da lei de licitações, acima transcrito.

7.1. Neste ponto, embora reconheçamos que a Lei nº 8.666/93 não seja totalmente clara, o TCU já se posicionou para que sejam oportunizados o contraditório e a defesa em casos de desfazimentos dos certames, quando já superada a fase de adjudicação, como se vê no Acórdão nº 2656/2019 – Plenário:

"SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO E NA INABILITAÇÃO DE LICITANTE. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA NO PEDIDO DE ANULAR A REVOGAÇÃO DO CERTAME, POR EXISTIREM FUNDAMENTOS PARA A DECISÃO. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO E

IMPROCEDÊNCIA. PREJUDICIALIDADE NA APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR E DAS ALEGAÇÕES A RESPEITO DA INABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO REPRESENTANTE.

1. Somente é exigível a observância das disposições do art. 49, § 3º, da Lei 8.666/1993 quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído com a adjudicação do objeto, gera direitos subjetivos ao licitante vencedor ou em casos de revogação ou de anulação em que o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como o causador do desfazimento do certame.

2. Diante da ausência de interesse público na apuração de indícios de irregularidade em processo de representação, não compete a este Tribunal tutelar direitos subjetivos de licitante ou contratado, os quais devem recorrer à via administrativa ou judicial para buscar a satisfação de eventuais direitos."

(destaque aditado)

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 27/06/2022, às 19:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1985496** e o código CRC **7F9835F6**.